



**Estratégia**  
CONCURSOS

**11 Dias de Simulados Abertos**

# PCDF

**Direito Processual Penal**



# Simulado Especial

## Simulado PCDF – Direito Processual Penal

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PCDF;
- 2 – A prova contém 20 questões que abordam temas de Direito Processual Penal cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Renan Araújo com base no perfil da banca organizadora Cespe, certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – A partir das 19h, o Prof. Renan Araújo iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube. Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PCDF-26-10>**

- 01 –  C  E
- 02 –  C  E
- 03 –  C  E
- 04 –  C  E
- 05 –  C  E
- 06 –  C  E
- 07 –  C  E
- 08 –  C  E
- 09 –  C  E
- 10 –  C  E
- 11 –  C  E
- 12 –  C  E
- 13 –  C  E
- 14 –  C  E
- 15 –  C  E
- 16 –  C  E
- 17 –  C  E
- 18 –  C  E
- 19 –  C  E
- 20 –  C  E

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****TEXTO-BASE para os itens 01 a 07**

José subtraiu para si a bolsa de Maria, quando esta caminhava tranquilamente pela rua. Após subtrair a bolsa, José empreende fuga, não sendo perseguido. 12 horas depois, uma viatura da polícia avista José e Paula, sua parceira, desconfiando os policiais da postura suspeita dos mesmos. Como não era possível aguardar a vinda de outros agentes sem prejuízo da diligência, foi realizada busca pessoal em ambos, por dois agentes policiais homens. Com Paula nada foi encontrado, embora tenham sido encontrados com José o celular e alguns documentos pessoais da vítima Maria.

Preso em flagrante, José foi levado à delegacia, oportunidade na qual a autoridade policial ouviu as testemunhas, depois os condutores e, por fim, interrogou o preso. Em seu interrogatório, José optou por ficar em silêncio, mesmo após alertado pela autoridade policial de que o silêncio poderia ser interpretado em seu prejuízo.

Após a lavratura do APF, o mesmo fora encaminhado ao Juiz competente, em 48h. No mesmo prazo, foi encaminhada cópia para a defensoria pública, já que José não possuía advogado, bem como foi entregue ao preso a nota de culpa, com o nome e a qualificação do condutor e das testemunhas.

Em audiência de custódia, o Juiz, após requerimento do MP, aplicou a José duas medidas cautelares diversas da prisão, cumulativamente.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

- 01. Assertiva:** neste caso, houve flagrante impróprio ou quase flagrante.
- 02. Assertiva:** a busca pessoal realizada em ambos foi válida.
- 03. Assertiva:** a autoridade policial seguiu a ordem correta de oitiva quando da apresentação do preso.
- 04. Assertiva:** embora José tenha direito ao silêncio, a autoridade policial incorreu em erro ao esclarecer os efeitos do exercício de tal direito.
- 05. Assertiva:** o APF foi encaminhado ao Juiz e à defensoria pública após o prazo legal.
- 06. Assertiva:** Apesar de ter sido entregue fora do prazo, a autoridade policial seguiu as regras legais no que tange à nota de culpa.
- 07. Assertiva:** o Juiz agiu dentro da lei ao fixar duas medidas cautelares diversas da prisão, cumulativamente.
- 08.** No que tange ao sistema probatório pátrio, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo facultado ao juiz de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, mesmo antes de iniciada a ação penal.

**09.** A *inevitable discovery* é uma exceção à inadmissibilidade das provas ilícitas e das provas ilícitas por derivação.

**10.** No que tange à inquirição das testemunhas pelas partes, o CPP adota o sistema do *cross examination*, o que não se aplica ao interrogatório do réu, onde, como regra, adota-se o sistema presidencialista.

**11.** O juiz, por decisão fundamentada, apenas a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência, quando, por exemplo, houver necessidade de prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento.

**12.** Passados mais de trinta dias sem que a autoridade que goza da prerrogativa de oitiva agendada tenha indicado dia, hora e local para a sua inquirição ou, simplesmente, não tenha comparecido na data, hora e local por ela mesma indicados, impõe-se a perda dessa especial prerrogativa.

**13.** A prisão temporária será cabível, dentre outros casos, na hipótese de réu acusado da prática do crime de estupro de vulnerável, pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, em caso de extrema e comprovada necessidade.

**14.** A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança nos casos de infração penal cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 04 anos.

**TEXTO-BASE para os itens 15 a 19**

José e Pedro, irmãos, foram indiciados pela prática do crime de homicídio doloso qualificado pelo motivo torpe, em sua forma consumada, praticado contra Maria, irmã de ambos. No curso das investigações, a autoridade policial representou pela prisão preventiva de ambos, tendo o Juízo decretado a prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal, mas indeferido o requerimento de prisão quanto a Pedro, que estava solto mediante fiança desde a audiência de custódia após sua prisão em flagrante.

Segundo consta nos autos, o exame de corpo de delito, realizado apenas por um perito oficial, atestou a materialidade delitiva, bem como atestou que os projéteis utilizados no crime são compatíveis com a arma encontrada com os indiciados.

Em interceptação telefônica realizada após decisão judicial fundamentada, proferida ex officio pelo juiz competente, constatou-se que, de fato, os réus haviam tramado a morte da vítima por dois meses, para que se tornassem os únicos herdeiros da fortuna da família. O referido diálogo, entre Pedro e um amigo, somente foi captado quando da sétima prorrogação da diligência. Na mesma oportunidade, captou-se outro diálogo de Pedro, afirmando que havia descumprido medida cautelar diversa da prisão aplicada cumulativamente com a fiança. Finalizada a interceptação, o material relevante foi transcrito e inserido nos autos, não tendo havido degravação integral dos diálogos captados, tampouco perícia.

Atento ao caso narrado, julgue os itens:

- 15. Assertiva:** o indiciamento, se válido, foi realizado necessariamente pela autoridade policial.
- 16. Assertiva:** o descumprimento da medida cautelar diversa da prisão imposta a Pedro gera o quebraamento da fiança, que importa em perda da metade do valor pago a título de fiança.
- 17. Assertiva:** o exame de corpo de delito realizado por apenas um perito oficial é nulo.
- 18. Assertiva:** para a validade da diligência, é indispensável a degravação integral dos diálogos, bem como a perícia para atestar que as vozes correspondem aos sujeitos indicados pela autoridade.
- 19. Assertiva:** A prova obtida por meio da interceptação telefônica é prova lícita, ainda que somente obtida quando da sétima renovação da diligência.
- 20.** A prática de atos infracionais pretéritos pelo agente, hoje imputável, configura fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, segundo entendimento do STJ.

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PCDF-26-10>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE